Notas sobre a reconfiguração da função do jornalista: o impacto do telejornalismo apócrifo no mercado de trabalho[1]

Ana Paula Goulart de Andrade
Sandro Tôrres de Azevedo

Introdução

No rastro da pesquisa que temos desenvolvido nos últimos três anos, classificamos como telejornalismo apócrifo o uso de imagens de vídeo-vigilância e de vídeos amadores – e, portanto, produzidas no exterior da instituição jornalística – na construção de narrativas telejornalísticas (Cf. Andrade, 2010; Andrade e Azevedo, 2011; 2012; 2013). Se, antigamente, os recursos tecnológicos de produção audiovisual eram quase que exclusividade das emissoras de televisão e estúdios cinematográficos; atualmente, esses recursos alcançaram praticamente todos os espectros sociais, na forma de filmadoras amadoras, câmeras de circuito interno, câmeras fotográficas e celulares dotados de recursos audiovisuais, webcams etc., que servem aos mais diversos propósitos do cidadão comum, mas que também operam em serviços de segurança para empresas, condomínios, *shopping centers* e até ao governo, na forma de sistemas de controle de tráfego e vigilância dos espaços públicos, por exemplo. Não só pudemos observar o crescimento exponencial dessa prática, suas razões e características, como temos assinalado seu impacto nos processos até então constituídos e sacramentados do fazer jornalístico, sobretudo na mídia televisiva.

Neste artigo, pretendemos abordar aspectos que orbitam o mercado de trabalho jornalístico, em especial na área de televisão, a partir da assertiva de que a disseminação dos diversos dispositivos de captura de imagens, tanto quanto os de edição e circulação, têm reconfigurado a função do profissional de telejornalismo, uma vez que lhe impõe o desenvolvimento de novas habilidades, responsabilidades, posturas, critérios, constrangimentos, além do confronto com outros dilemas éticos.

Grosso modo, o que queremos apontar é que as circunstâncias nas quais se efetiva o telejornalismo apócrifo revelam: inexorável enxugamento das equipes (apuradores, produtores, repórteres, editores), empobrecimento dos produtos noticiosos, decadência da estética televisiva (Becker, 2005), mimetismo midiático (Ramonet, 1999), que, se por um lado, concorrem para o estabelecimento de uma empatia com o público contemporâneo – criando uma identificação com essa nova massa pró-ativa na produção de conteúdos, sujeitos da sanha cibercultural, mediadores públicos (Vizeu et al., 2010) –; por outro, otimizam a relação custo/benefício no processo de fatura do jornalismo tele-visivo, com vistas claras à maximização do lucro do canal, em sintonia com a perspectiva de Sennett (2011) sobre a atual ética do trabalho.

Destarte, a consolidação da convergência digital no telejornalismo tenta (forjadamente) aproximar o público da emissora, sem obedecer a critérios estabelecidos de controle e verificação da informação (Gomes, 2007), preenchendo a grade de programação de forma econômica e relativamente satisfatória. Neste sentido, ainda, urge discutirmos as questões que envolvem o trabalho na Comunicação diante das construções que se acomodam na cibercultura – enquanto atitude contumaz da sociedade contemporânea; da mesma forma, é improrrogável o debate sobre o papel das faculdades de Comunicação/Jornalismo diante do cenário aqui apresentado e dos desafios que ora se impõem aos seus egressos.

A título de estudo de caso e verificação dos conceitos articulados, ao final da contextualização e fundamentação é analisado um vídeo exibido na Rede Globo de Televisão, exibido na emissora de TV por assinatura *Globo News*.

Mudanças tecnológicas, capitalismo e seus desdobramentos

Atualmente o dia a dia é marcado pelo fluxo contínuo de tarefas cada vez mais dotadas de comandos, regidos pela tirania do tempo e com um imediatismo tão fortalecido que a espera é inadmissível, de tal forma que nem

sequer é possível explorar na totalidade o que uma determinada tecnologia pode oferecer. São esses efeitos, essas repercussões no campo da subjetividade, que estão extremamente articuladas ao nosso cotidiano.

É por esse caminho que percebemos improrrogável a busca pela identificação de linguagens predominantes na atual etapa de midiatização da vida. Tendo como ponto de partida a hipótese de que essas alterações do modo de produção do atual capitalismo de sobreprodução – "líquido", na perspectiva de Bauman (2001) – criaram este processo de reconfiguração do papel dos meios de comunicação e seu consequente impacto sobre as subjetividades de sua audiência, compreendemos que as mídias, seja em suas manifestações ditas "tradicionais", seja a partir dos imbricamentos com os novos dispositivos digitais, se introduziram na cultura contemporânea e, invariavelmente, interferem no campo de trabalho da Comunicação, reconfigurando a atuação dos profissionais da área e resignificando sua relação com esses laços da vida social e econômica.

No "enigma do capital e as crises no capitalismo", Harvey (2011) discute as mudanças tecnológicas e situa esse processo transformador no âmbito das mudanças a que nos referimos. Ele tangencia a questão do trabalho para determinar um lugar de fala teórico, através de um materialismo histórico, geográfico (empírico) e dialético. E assim, ao invés de dar centralidade à comunicação, percorre uma articulação cuja ideia está focada nas relações entre capital e trabalho:

> As relações entre capital e trabalho, bem como entre capital e natureza, são mediadas pela escolha de tecnologias e formas organizacionais (...) os capitalistas fetichizam as tecnologias (as máquinas, em particular) e as novas formas organizacionais (...). Máquinas não podem produzir lucros por elas mesmas. Mas os capitalistas com tecnologias e formas de organização superiores ganham tipicamente uma maior taxa de lucro que seus concorrentes (Harvey, 2011: 78).

As mídias e as novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) coabitam esse universo. Para não corrermos o risco de cairmos na armadilha do determinismo tecnológico, é preciso considerar o contexto histórico e sociocultural no qual as tecnologias encontram espaço para desenvolvimento. É importante ressaltar que as tecnologias não surgiram no campo da vida

social. Elas vieram (principalmente as tecnologias que emergiram a partir da década de 1970, da comunicação mediada por computador, ou ainda, as novas engrenagens das telecomunicações – Cf. Lemos, 2003), vinculadas às mudanças tecnológicas requisitadas pelo capital a partir das crises instaladas em sua época. Ou seja, elas são criadas como formas técnicas para mediar relações entre Estados a serviço de complexos militares industriais. No entanto, elas também eclodem em outros campos, como na engenharia, na biologia, na medicina, na robótica, apenas para citar alguns. E, naturalmente, isso se deu para produzir uma alteração nos dispositivos a serviço de um capitalismo em crise de produtividade. Portanto, as mutações tecnológicas em questão não surgiram apenas para por em curso ou mesmo requintar a marcha do progresso iniciada no projeto iluminista da modernidade, muito menos, especificamente, para simplesmente alavancar os mecanismos que facilitam a comunicação entre os indivíduos. Mais que isso, subjazeu ali um antídoto para uma crise. Engendrou-se, de fato, uma demanda de necessidade por articulação de um novo capital de produtividade.

Portanto, há um ponto pacífico de que essas tecnologias foram postas no campo da vida social e cultural; a pergunta, no entanto, é: o que fazer com elas, afinal? Essa é uma questão que Armand Mattelart (2006) esclarece ao falar de uma "nova ordem mundial de informação". O autor mostra que se engendra um projeto pilotado pelo capital e pelo poder vigente para o uso dessas tecnologias e que, envolto a todo esse "aparato tecnosocial", há o investimento de um propósito mercantil neoliberal para todas essas tecnologias da informação e comunicação em sinergia com as forças sociais. Mattelart, inclusive, insinua que vivemos numa época pós-industrial em que a industrialização seria substituída pela informação. Em verdade, todos os movimentos sociais, a sociedade civil em si, pode (e deve) contrapor projetos alternativos, inclusive, ponderando certos pressupostos muito comuns nos discursos sobre a sociedade contemporânea materializados no discurso da "sociedade da informação".

As proposições implícitas nessa informação, na comunicação, no conhecimento, sugerem que vivemos, portanto, num mundo diferente do capitalista industrial. A ideia é que devemos, então, superar os impasses da modernidade capitalista e assim alcançarmos outro ponto mais evoluído, supostamente mais democrático, no qual finalmente chegaríamos a um ponto fixo, ou seja, algo próximo ao ápice do desenvolvimento humano. Porém, ao contrário de uma postura de rebate e, afinal, integrados às coerções impostas pelas esferas

dominantes, não estaríamos nós contribuindo para justamente sermos isso, uma sociedade informacional?

Esse é o projeto do capitalismo onde os discursos encobrem as correlações de poder econômico e político que estão embutidos na apropriação e nos usos da informação, pelos diferentes grupos sociais, pelas diferentes sociedades nacionais, que enfim redundam em meros axiomas de relação entre saber e poder – e é justamente essa relação que se pretende trabalhar, mais à frente neste ensaio, ao tratarmos especificamente do mercado profissional de jornalismo.

Ainda sobre as relações de poder em questão, Bolaño (2011) corrobora esse pensamento, na medida em que trabalha com foco nas astúcias que fazem com que as novas tecnologias permitiram a apropriação de "algo do trabalhador" que a industrialização fordista deixava um pouco de lado, trata-se do trabalho intelectual:

> Assim, o sujeito pressuposto (trabalhador) é posto como trabalhador parcial (predicado), como sujeito negado, enquanto o capital (forma objetiva), posto como trabalhador global, adquire uma matéria (subjetiva) que lhe é inadequada. No primeiro caso, há uma "reflexão quantitativa" (passagem de sujeito – trabalhador – a sujeito - trabalhador parcial), no segundo, uma "reflexão qualitativa" (o capital se torna sujeito). Com a grande indústria, o trabalhador torna-se objeto, o sujeito é negado no objeto (reflexão qualitativa). A subsunção é real: formal e material (Bolaño, 2011: 213).

Isso traduz a captura da subjetividade como uma potência nova sobre o poderoso sistema midiático na era digital e a formação dos atuais monopólios da informação, da telecomunicação e das comunicações, o que vai dar suporte para as considerações destacadas mais à frente sobre o telejornalismo apócrifo.

Novas tecnologias: para além da técnica como instrumento

É ingênuo pensar ainda a tecnologia somente como instrumento. As técnicas carregam consigo uma materialidade específica que também engendram formas de ser de pensar, de sentir: elas possibilitam concepções de vidas, que não são neutras, ou seja, formatam mundo e realidades. Todo instrumento traz sentidos, usos, abrem possibilidades de utilidades que precisam estar previstos

num objeto técnico e, por isso, é necessário estarmos atentos para entender essa natureza das técnicas e das tecnologias. Nesse rastro, mesmo que na cibercultura a exclusão digital ainda seja relevante, o fenômeno da conexão e do uso generalizado dos dispositivos digitais, como nos diz André Lemos (2003), deve ser considerado hegemônico, tanto quanto foi toda a história das técnicas midiáticas. Daí a questão: como se apropriar do hegemônico sem se torná-lo?

Sobre essa indagação, podemos tomar como exemplo a natureza dessas novas tecnologias e a *economia do tempo* – nisso há impactos incontestáveis e consequências severas sobre as formas de vida social. É uma sociabilidade que é forjada a partir de mecanismos de contatos mais velozes, mais imediatistas; é uma tecnologia que poupa tempo para que faça sugar mais do sujeito num contexto de conexão total e intermitente, implicado por tecnologias pervasivas, transparentes e ubíquas (idem, 2005), na esteira de um mundo em franca compressão de tempo e espaço (Harvey, 2009).

É sob essa ordem vigente que procuramos tentar compreender como as imagens na contemporaneidade assumem uma velocidade aguda e imprimem determinados modos de agir, impondo aos sujeitos uma capacidade de rearrumar o seu olhar impregnado de toda uma nova carga subjetiva, ao mesmo tempo em que procuramos nos colocar num lugar de afastamento tecnicista – sem, no entanto, nos olvidarmos do entendimento de que a tecnologia produz o objeto e que os artefatos nem sempre são inaugurais pela perspectiva contemporânea; em verdade, notamos, outrossim, que as realidades são construídas com configurações mutáveis, sob diferentes arranjos sociais, desvelando, assim, novas atitudes nos modos de ver e viver o mundo.

De fato, com essas reflexões, pretendemos chamar a atenção para a compreensão do cenário da atualidade como uma noção necessariamente problemática e desfazer o equívoco de que o que é contemporâneo anula e rompe com todo o processo técnico vivido anteriormente. Afinal, "A cibercultura representa a cultura contemporânea sendo consequência direta da evolução da cultura técnica moderna" (Lemos, 2003). Em verdade, são apenas melhores maneiras de fazer o que já era feito. Existe, assim como antes, uma construção de uma montagem que implica em escalas, recepções e maneiras de pensamento diferentes, mas, com efeito, nada mais é que uma construção de algo já constituído. Para elucidar essa assertiva, tomemos: já no século XIX, com a individualização da fotografia, o cotidiano já havia vivenciado a conformação de técnicas e formas de produção imagéticas. O que ocorre hoje é uma (trans)

temporalidade que justifica a construção do presente na arte e na fotografia, por exemplo, através da hipervisibilidade da imagem.

Sobre o presente e a produção subjetiva, Rancière (2009) destaca os recortes e distribuição do que se vê e sente, bem como as inscrições e visões de mundo e modos de vida em sociedade, revelando um aspecto político, presente no estético como se fosse uma rede de representações numa solenidade, que reunisse tudo num só lugar, sem que existisse um conteúdo particular; mas sim o experimento de um sentimento único e inteligível. Para o autor, o presente deve ser encarado como imaterial e anacrônico, só que saturado de outros tempos:

> Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira e como uns e outros tomam parte nessa partilha (Rancière, 2009: 15).

Nesse sentido, ainda sobre reflexões da técnica e tecnologia, parece oportuno recorrer aos conceitos de Maria Franco Ferraz, ao analisar a sociedade tecnológica: de Prometeu a Fausto. A concepção *prometeica* era aquela que auxiliava a vida humana, feita para melhorar com qualidade, ampliando as potências e as forças do corpo humano: uma concepção que foi dominante em muitos momentos da história, na produção tecnocientífica. No entanto, a concepção hoje dominante é a fáustica, ou seja, aquela que compreende que a tecnociência tem que superar o propriamente humano.

> Tal concepção da técnica (...) "somatismo tecnológico", devido à ênfase posta no ser humano corporizado, modelo analógico de toda invenção, é radicalmente solapada pela tecnociência contemporânea. As biotecnologias contemporâneas e, de modo geral, o impulso para a mecanização da vida orgânica subvertem, fundamentalmente, a prioridade ontológica atribuída, no quadro do pensamento moderno, ao ser humano corporizado, ou seja, à prioridade do orgânico sobre o mecânico (Ferraz, 2000: 3).

Destarte, morrer, perecer, envelhecer, atualmente são atributos do humano. Há, portanto, então mais formas tecnológicas, inteligência artificial, bioengenharia, que tem como horizonte a superação daquilo que é propriamente humano. E esse embalo tecno-lógico não tem fronteira.

Telejornalismo apócrifo: um processo de escoamento

Partindo das concepções elencadas até o momento, projetamos a discussão, em ritmo de busca por mais concretude, para o objeto de pesquisa sobre o qual efetivamente propomos nos deter – especialmente, a partir de agora procuramos recortar a discussão em torno do Jornalismo.

De antemão, reconhecemos que é preciso avaliar questões como credibilidade, legitimidade e, ainda, critérios de noticiabilidade: é notório que se instaura determinada crise no discurso jornalístico, no entanto, não nos parece acertado culpabilizar as novas tecnologias pelas causas ou mesmo pelos efeitos dessa referida crise. Certamente, as transformações tecnológicas trouxeram impactos e contribuíram para um determinado enfraquecimento dos postulados erigidos pela área até pouco tempo atrás (até porque não reconhecemos neutralidade nos objetos técnicos, como aludimos mais acima), mas decerto não faz sentido reputar as agruras midiáticas aos aparatos técnicos que se lhe ajuntaram na Era Digital; parece-nos mais sagaz propor uma crítica aos modos de apro-priação dos dispositivos informáticos pelo mercado jornalístico constituído hoje, para, aí sim, refletirmos sobre as formas e práticas que moldam e se impõem aos profissionais da área.

As concepções aneladas ao conceito de telejornalismo apócrifo têm se mostrado bastante úteis para articularmos questões que entrecruzam as novas tecnologias digitais (as questões técnicas e as subjetividades decorrentes delas, como visto mais acima) e diversas das novas características do fazer jornalístico na atualidade, com particular foco na produção noticiosa em mídia televisiva.

Compreendendo o telejornalismo apócrifo (Cf. Andrade, 2010) como o uso abundante e legitimado de imagens de videovigilância e de vídeos amadores – e, portanto, produzidas no exterior da rotina própria das instituições jornalística – inseridas na construção de narrativas telejornalísticas, podemos observar que o ritmo desenfreado de acesso popular às inovações tecnológicas (notadamente os dispositivos de captura de imagens) que se tem experimentado nas últimas décadas trouxe como consequência mais do que o inevitável excesso de produção de conteúdos audiovisuais, mas uma veemente demanda de escoamento dessa produção; algo que não se conformou em ocupar ou se

cingir ao ciberespaço, mas inaugurou um fenômeno de retroalimentação entre as ditas mídias tradicionais (mormente a TV) e os canais multimidiáticos da internet, além de dar voz (e imagem) à produção diletante oriunda das mais diversas fontes, oficiais ou não (Cf. Andrade e Azevedo, 2010, 2011, 2013a).

Tal fenômeno promoveu uma avalanche de possibilidades que ocasionou profundas transformações subjetivas sobre os múltiplos olhares que se proliferam na cena midiática. Diversos efeitos de sentido se construíram socioculturalmente a partir daí, sendo o telejornalismo um dos protagonistas desse processo (Cf. Andrade e Azevedo, 2013b). Se, por um lado, a produção exponencial de conteúdos audiovisuais faz com que praticamente todo e qualquer acontecimento seja capturado e registrado por algum tipo de dispositivo de visibilidade, por outro, a prerrogativa que atribuímos ao papel do telejornalismo se materializa no tanto quanto avassalador número de flagrantes de cenas do cotidiano que têm preenchido a grade de programação noticiosa na televisão.

De certo, as interfaces de comunicação, "o conjunto de programas e aparelhos materiais que garantem a comunicação entre o homem e a máquina" (Bruno, 2001: 196), estão presentes em todos os lugares, de todas as formas, pois que as tecnologias móveis acompanham os usuários onde quer que eles estejam. Por isso, o ciberespaço, se enlaça aos espaços concretos, relativizando a experiência de espaço e mobilidade dos sujeitos contemporâneos, com destaque para a capacidade de armazenamento (via fotos e vídeos) das realidades vividas e percebidas.

Mas a questão central é o potencial de risco que esses conteúdos, em princípio ingênuos e livres de intenções, assumem para a forja de micronarrativas televisivas, desaprumando os critérios ético-profissionais de noticiabilidade, e, consequentemente, o inexorável enxugamento das equipes telejornalísticas (apuradores, produtores, repórteres, editores). Soma-se a isso o empobrecimento dos produtos noticiosos, a decadência da estética televisiva (Becker, 2005), o "mimetismo midiático" (Ramonet, 1999), que, se por um prisma, concorrem para o estabelecimento de uma empatia com o público contemporâneo – criando uma identificação com essa nova massa pró-ativa na produção de conteúdos, sujeitos da sanha cibercultural, mediadores públicos (Vizeu et al., 2010) –, por outro, otimizam a relação custo/benefício no processo de fatura do jornalismo televisivo, com vistas claras à maximização do lucro do canal, em sintonia com a perspectiva de Sennett (2011) sobre a atual ética do trabalho.

Óculos do poder: pela ótica de quem?

Dados os argumentos erigidos, optamos por aplicar nosso objeto de pesquisa a um *corpus* específico, a título de confronto e verificação de nossas proposições, algo que nos parece produtivo e nos alinha com as tendências da pesquisa em Comunicação, atualmente preocupada em dirigir ao universo empírico as reflexões teóricas.

Por esse viés, de antemão, sem querermos entrar na seara de uma possível anatomia política em relação às manifestações populares no Brasil, que preencheram desde junho as grades televisivas, bem como toda a arena midiática, optamos por descentralizar o olhar do âmago da referida "primavera tropical" (ou, opcionalmente, a "revolta do vinagre", ou ainda "o manifesto dos vinte centavos"), e focar a atenção para o detalhe analítico de uma reportagem específica exibida pelo *Jornal GloboNews – edição das 07h*, na emissora *GloboNews,* em 28 de agosto último, sobre eventos da véspera[2]. Em determinada parte do produto jornalístico, o repórter faz a seguinte afirmação: "durante a manifestação alguns policiais usaram óculos especiais com câmeras [a partir deste ponto, a matéria é recoberta com as imagens destes referidos dispositivos de captura de imagens]. No fim da noite, a PM divulgou imagens na internet que mostram a ação de alguns vândalos. Segundo a corporação, elas foram registradas por policiais que estavam à paisana". Em princípio, nada demais: são apenas flagrantes da polícia, interpretada como órgão oficial de apuração jornalística – apesar de que as imagens em questão são elementos relativamente novos enquanto parte constituinte da versão da fonte. Mas de qual universo imagético foram retirados esses fragmentos de imagens? Esse conteúdo sofreu alterações? Como foi o critério de escolha para a cessão dessas imagens? Qual o nível de comprometimento da fonte cedente ou da emissora como interlocutoras desse processo discursivo?

Indagações como essas se incluem no escopo do conceito de telejornalismo apócrifo; e que trazem com urgência a necessidade de uma autocrítica nos processos midiáticos televisivos. Percebemos a importância do resgate das bases primárias do Jornalismo (de forma mais ampla e não restrita ao Telejornalismo) em si, no sentido de que seu cerne trata de uma prática que faz a mediação social de maneira democrática e pressupostamente livre. Isso implica, no mínimo, em toda uma reconfiguração da comunicação pública em geral, das políticas de comunicação, das estratégias do Estado na regulação da comunicação, nos estatutos éticos de uso das mídias e, enfim, de toda sorte

de aspectos que envolvem a produção de notícias. Afinal, se antes o jornalista era o mediador da visibilidade pública, hoje ele se transformou em quê?

Em competição e busca de audiência (e não à toa), as redes sociais fazem uma tarefa similar, só que bem mais rápido – e aí o discurso do jornalista tende à perda de credibilidade. Tornou-se comum que, na "cobertura" de um determinado acontecimento, exista uma rivalidade entre TV e internet e, com maior incidência, o internauta chega mais rápido nas redes sociais do que na TV (por isso essa retroalimentação ruminante de uma mídia com a outra – é uma espécie de "equilíbrio de manutenção"). Afinal, o internauta está atento aos *modus operandis* do fazer jornalístico contemporâneo.

De volta ao vídeo, é de se reparar que a emissora de televisão ao aceitar essas imagens como parte integrante de um produto para um telejornal, com uma apuração que se pode considerar duvidosa, não só coloca em xeque os critérios de noticiabilidade, como legitima essas imagens e ainda, se apropria do discurso ofertado sobre os "supostos vândalos", mas se exime de qualquer responsabilidade quanto ao enquadramento do fato. Afinal, com os tais óculos especiais, conforme citado na reportagem, o que não é possível enxergar?

Considerações finais

A subjetividade contemporânea vem revelando que os limites colocados pelos artifícios do capitalismo vigorante, na busca da autenticidade subjetiva, na busca da singularidade, engendram uma dinâmica que, de certa maneira, faz variar os *olhares* dos indivíduos. É fundamental a atenção para a construção subjetiva contemporânea e o peso das mídias nesse processo, seja estético, político, cultural, afetivo, seja através de velhos ou novos instrumentos.

Finalmente, faz-se necessário tomar o cuidado de relativizar possíveis conclusões apressadas, que tendem a condenar ou absolver determinada prática em foco, principalmente quando se trata de novas tecnologias de informação e comunicação. Francisco Rüdiguer (2011) nos convida a vislumbrar a cibercultura numa perspectiva crítica, não só sobre imaginário que enseja, mas também sobre as práticas que acolhe. Assim, é oportuno recorrer aos mapeamentos desse autor, que, dentre os quais, identifica três correntes de pensamento na cibercultura: tecnófilos, tecnófobos e cibercriticistas. Por hora, não nos parece providente aliar as análises pontuadas nesse ensaio com a linha de pensamento dos tecnófilos: normalmente profissionais e pesquisadores da Comunicação que tendem a olhar os fenômenos que decorrem do surgimento de novas

tecnologias com entusiasmo excessivo, ao ponto de defenderem com ardor que há uma revolução cultural em curso, atribuindo-lhes virtudes morais e políticas. Ainda, implicaria supor que a mídia é um mal a ser contido ou dominado – e não há indícios suficientemente incontestáveis de que existe genuína intencionalidade política ou moral por parte dos agentes sociais que captam e oferecem imagens diletantes.

Também embalados pela prudência (e apesar de nosso tom enérgico), não convém de pronto filiarmo-nos à corrente dos tecnófobos: conservadores midiáticos, literários e intelectuais de formação mais tradicional, que escarnecem dos efeitos da popularização das tecnologias de comunicação, que quase "demonizam" as novas práticas que têm se manifestado nos processos comunicacionais contemporâneos.

Mais interessante, no momento, é seguir pelo caminho do cibercriticismo: terceira tendência abordada por Rüdiger que inclui aqueles que buscam identificar potencialidades, problemas e desafios que os sujeitos sociais enfrentam na atualidade diante da popularização dos dispositivos tecnológicos de informação e comunicação, posicionando-se criticamente sobre os novos aspectos que decorrem dela.

Por fim, a questão das mudanças embaladas pelas tecnologias (e dos sistemas capitalistas que delas se apropriam) frente às relações midiáticas merece um olhar especial nos estudos contemporâneos da Comunicação e do Jornalismo, porque na mesma medida da sua ocorrência acelerada, encontram-se também ainda em processo de acomodação. Parece que quanto mais fluído, mais difícil é de digerir.

Notas

1. Esse artigo é resultante de um resumo ampliado apresentado em comunicação oral no GT6 – Jornalismo, Tecnologia e Mercado de Trabalho, parte integrante do 6º Fórum Regional RJ-ES de Professores de Jornalismo, realizado pelas Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA) e Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), em 22 de agosto de 2013.
2. Uma reprodução da matéria está disponível em: http://youtu.be/urmkc9sZR4w, acesso em 30/08/2013.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Ana Paula Goulart de. Telejornalismo apócrifo: imagens de câmeras de vigilância e vídeos amadores na construção da narrativa telejornalística. In: *Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. São Paulo: Intercom, 2010.

_____e AZEVEDO, Sandro Tôrres de. A construção da notícia e o telejornalismo apócrifo: uma investigação sobre a agenda dos acontecimentos. In: *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano*, v.1, p.83-96, fevereiro/2013a.

_____e_____. Do jornalismo participativo ao telejornalismo apócrifo: Novos aspectos da narrativa jornalística. In: *Revista PJ:Br*, n. 14, novembro/2011. p. 24.

_____e_____. Imagens cedidas e a narrativa jornalística na TV: o telejornalismo apócrifo e a dupla performance. In: *Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. São Luís: CD-Rom, 2010.

_____e_____. Sorria, você está sendo filmado: o telejornalismo apócrifo e o efeito de tragicidade das imagens de vídeo-vigilância. In: *Revista de Estudos da Comunicação*, v. 14, n. 33, janeiro/2013b. p.135-149

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BECKER, Beatriz. Telejornalismo de qualidade: um conceito em construção. In: *Revista Galáxia*, n. 10, dezembro/2005. p. 51-64.

BOLAÑO, César. Reestruturação produtiva, subsunção do trabalho intelectual e a dinâmica contraditória do desenvolvimento. In: MACIEL, Maria Lúcua e ALBAGLI, Sarita. *Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 211-238.

BRUNO, Fernanda. Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho "Tecnologias de Informação e Comunicação e Sociedade", do *XV Encontro da COMPÓS*, na Unesp, Bauru, SP, em junho de 2006.

FERRAZ, Maria C. Franco. Sociedade tecnológica: de Prometeu a Fausto. In: *Contra-campo*: Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, n. 4, janeiro/junho de 2000.
Disponível em: http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/420.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

LEMOS, André. Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, André e CUNHA, Paulo (Orgs.). *Olhares sobre a cibercultura.* Sulina: Porto Alegre, 2003.

_____. Cibercultura e mobilidade: a era da conexão. In: *Anais eletrônicos do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* (Uerj – 5 a 9 de setembro). Rio de Janeiro, 2005.
RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1999.
RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34, 2009.
RÜDIGER, Francisco. *As teorias da cibercultura*: *perspectivas, questões e autores.* Porto Alegre: Sulina, 2011.
SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
VIZEU, Alfredo; SIQUEIRA, Fabiana e ROCHA, Heitor. Telejornalismo: da audiência presumida aos coprodutores da notícia. In: *Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.* São Paulo: Intercom, 2010.

Resumo

Esse trabalho se propõe a investigar alguns aspectos das práticas comunicacionais e seus desdobramentos no mercado de trabalho de Jornalismo, com especial atenção aos novos cenários e desafios enfrentados pelos profissionais da área do telejornalismo na Era Digital. A partir do conceito de "telejornalismo apócrifo", cunhado e desenvolvido pelos autores desse artigo – e ainda em processo de consubstanciamento e consolidação –, é observada a reorganização dos modos de construção de narrativas noticiosas na televisão, principalmente a partir do uso generalizado de imagens amadoras e de videovigilância preenchendo a programação dos noticiários, e, por fim, é analisado o desdobramento disso no que se refere ao papel do telejornalista neste novo contexto.

Palavras-chave

Jornalismo; Telejornalismo apócrifo; Cibercultura; Novas tecnologias da comunicação; Mercado de trabalho.

Abstract

Notes on reconfiguration of the journalist role: the impact of Apocryphal Television News Bulletin at the job market

This paper aims to investigate some aspects on communication practice and its deployment at the Journalism job market, addressing new scenarios and new challenges faced by television news bulletin professionals in the Digital Era. This work analyzes the reconfiguration of newsmaking on television under the concept of "apocryphal television news bulletin", created and worked by this paper's authors and still in working progress, mainly from widespread use by television news bulletins of images made by amateurs and videos from surveillance cameras. From this analysis it is studied the consequences of that on television news bulletin journalist role under this context.

Keywords

Journalism; Apocryphal television news bulletin; Cyberculture; New communication technologies; Job market.